

atlas
de **RELACÕES**
INTERNACIONAIS

NÚMERO 1

O MERCADO COMUM EUROPEU

DELGADO DE CARVALHO

O ESTADO DE MALTA

THEREZINHA DE CASTRO

ISRAEL E O MUNDO ÁRABE

DELGADO DE CARVALHO

A GUIANA

THEREZINHA DE CASTRO

CADERNO ESPECIAL
DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA
XXIX — N.º 1

O MERCADO COMUM EUROPEU

DELGADO DE CARVALHO

1 — Situação de Após-Guerra

Durante o primeiro período de entre-guerras, isto é durante as décadas de 1920 a 1940, as Potências Europeias tinham pensado poder restabelecer, em melhores termos as condições políticas e econômicas do princípio do século, da chamada *belle époque*. Fragmentada economicamente a Europa por elevadas barreiras aduaneiras, julgavam os diferentes nacionalismos resolver seus problemas entrincheirando-se nas suas respectivas soberanias políticas. Em vez de chegar a soluções de conjunto, as medidas econômicas levaram a um isolamento que enfraqueceu a Europa. Para atenuar esta depressão geral, os governos procuraram, aos poucos, concluir novos pactos, novas ententes que levaram a nova guerra mundial.

O segundo período de após-guerra, em seguida a Segunda Guerra Mundial, colocou os europeus em frente a problemas político-econômicos ainda mais prementes ficando, desta vez, os países da Europa isolados diante de dois novos gigantes: os Estados Unidos e a União Soviética. Daí a necessidade sentida de uma cooperação para conservar voz ativa na política mundial.

2 — Os Precedentes

A história do passado demonstra que a consciência política dos povos é geralmente despertada pelos imperativos econômicos. Quando se reuniram os representantes das Nações Unidas já se multiplicavam as iniciativas que apresentavam planos de organizações

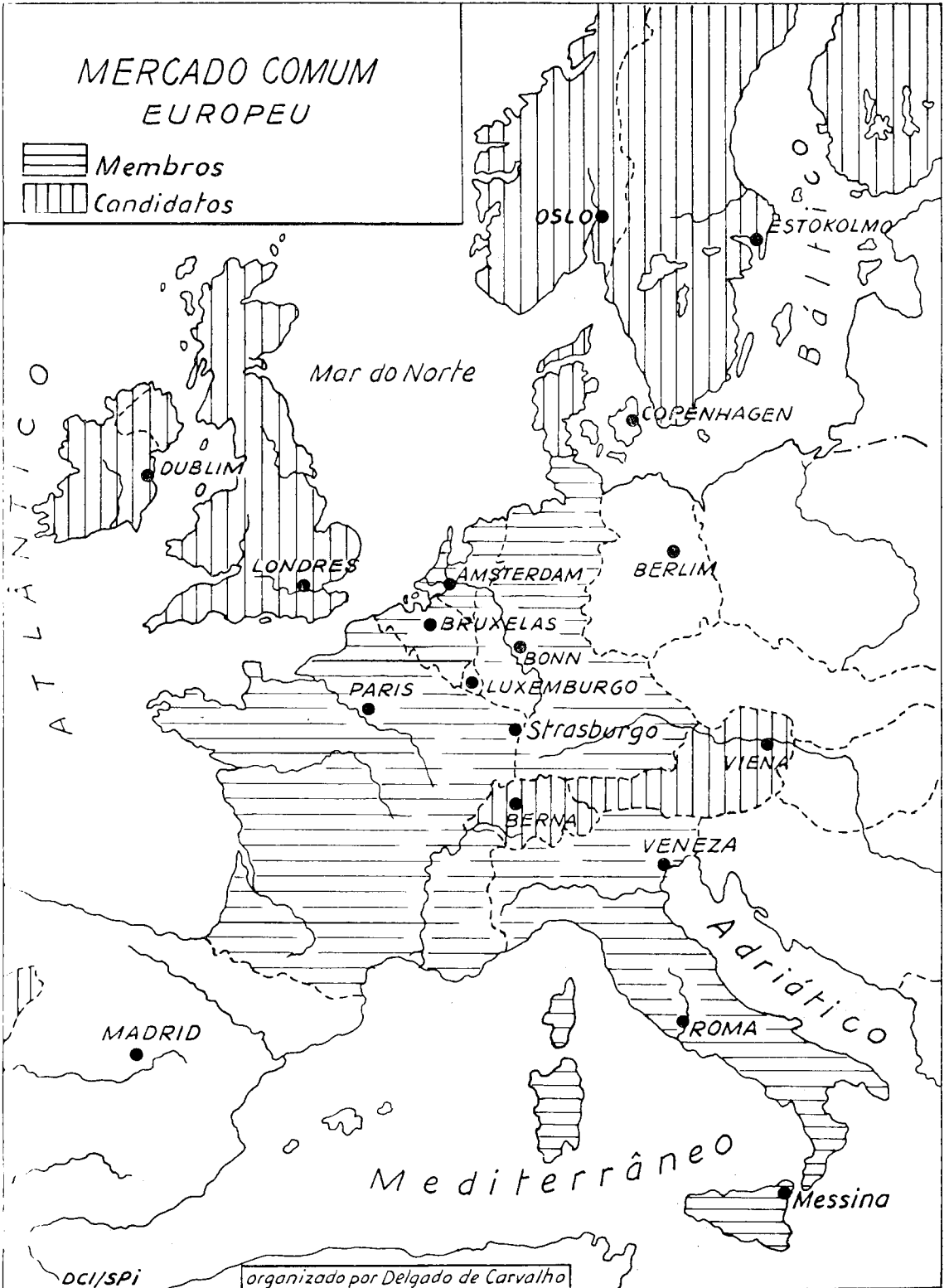
internacionais destinados a constituir uma Europa Unida diante dos continentes em via de reestruturação. Destacaram-se então estadistas da Europa ocidental e entre eles, salientaram-se Schuman e Monnet em França, Bayen na Holanda, Spaak na Bélgica, Adenauer na Alemanha, di Gasperi na Itália.

O Conselho da Europa, reunido em 1949, foi uma das primeiras realizações da nova era. Congregava em Strasburgo, numa Assembléia Consultiva, os delegados de quinze países. Evidentemente não podiam faltar divergências de tendências e idéias, embora fôsse o mesmo o propósito de algum sistema de cooperação na vida internacional. Havia liberais e conservadores, federalistas e nacionalistas intransigentes, mas as comissões trabalharam e foram assinadas convenções sobre medidas sociais, extradição, direitos humanos, diplomas e refugiados, tudo, porém, se limitava a aplicações nos países signatários europeus. Ainda está em funcionamento esta instituição em Strasburgo.

O fator econômico, quase ausente no Conselho da Europa, é entretanto o propulsor de tôdas as iniciativas de cooperação social e política. Não faltam exemplos, principalmente no século XIX. Nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão foi, em última análise, um conflito econômico que, resolvido, permitiu ao país a verdadeira "união" se desenvolver e prosperar. Na Alemanha, a unidade política foi iniciativa prusiana do *Zollverein* que conseguiu integrar as convenções aduaneiras locais. Econômicos também foram os fatores que atuaram na unidade ita-

MERCADO COMUM EUROPEU

-  *Membros*
-  *Candidatos*



liana, onde o Sul agrário e o Norte industrial conciliaram seus interesses.

O precedente mais eloqüente e promissor foi incontestavelmente a formação do *Benelux* que reuniu a Bélgica industrial aos Países Baixos comerciais e agrários e o Luxemburgo num pacto econômico. Era uma situação econômico-política que vinha sendo encarada há muito tempo, mas que a Segunda Guerra Mundial precipitou: os governos exilados em Londres negociaram em 1943-44 o famoso acôrdo que entrou em vigor logo após o conflito. Em conseqüência, cresceu consideravelmente o mercado aberto aos três países, embora em proporções diferentes.

3 — As Negociações e o Tratado

Um dos primeiros resultados determinados pelo imperativo econômico do após-guerra, foi em 1951, o significativo tratado assinado em Paris, de acôrdo com o *Plano Schuman*, relativo à *Comunidade do Carvão e do Aço*. Seis países entraram no acôrdo: a França, a Alemanha, a Itália e os três países do Benelux. Um dos elementos que favorecia a execução do plano era a área geográfica ocupada por seis nações cujos territórios são contíguos.

A produção de aço e de seu complemento indispensável, o carvão, tornava o objetivo visado mais restrito, mais especializado e também mais preciso. A experiência da crise de .. 1929 havia demonstrado que uma poderosa organização econômica, dispondo de um largo mercado oferecia maior capacidade de resistência às perturbações financeiras. A economia dos grandes mercados traz mais estabilidade à expansão.

Foram exatamente as seis Potências do CECA que, por sugestão do Benelux reuniram seus representantes em *Messina* em 1955 para tentar nôvo movimento de unificação européia, por meio de outro mercado comum, desta vez mais complexo e mais delicado, pois podia envolver suspeitas de pressão política.

Vários eram os objetivos visados, mas de um modo geral, tratava-se de suprimir progressivamente os obstáculos ao intercâmbio, de harmonizar as políticas financeiras e econômicas e de criar fundos de readaptação e de investimentos. Reunidos em *Veneza*, em 1956, prepararam os delegados dos seis países os relatórios que são conhecidos sob o nome de *Relatório Spaak*. Depois de nova reunião em *Bruxelas*, foi finalmente assinado em 1957 o *Tratado de Roma*.

O plano era ambicioso, mas a moderação e a prudência não faltaram aos organizadores que determinaram um período de transição de 12 a 15 anos para a progressiva adaptação dos países signatários aos dispositivos propostos. Este período é dividido em fases de quatro anos durante as quais as instituições da Comunidade são modificadas aos poucos para eliminar os obstáculos e aplicar medidas de maior avizinhação. Reduzir as barreiras comerciais e chegar a uma *Tarifa exterior* comum foram as primeiras destas medidas. Quanto a *tarifa interior* está para desaparecer entre os signatários, em julho de 1967 (havia sido previsto a sua eliminação para 1970). No mesmo ano de 1957 surgiu entre os seis governos do Mercado Comum, a *Comunidade Européia de Energia Atômica*, fato êste que veio reforçar a verdadeira unidade político-econômica que se impõe em todos os setores aos seus signatários. A estrutura de cada uma destas comunidades, entretanto, é diferente, mas compostas dos mesmos órgãos: a Alta Autoridade da CECA, por exemplo, tem um caráter muito mais supranacional do que o Conselho de Ministros da Comunidade Econômica Européia, seu equivalente no mercado comum.

A organização do CEE, traçada no Tratado de Roma, consiste numa *Comissão Executiva* de nove membros nomeados por quatro anos pelos Estados signatários, sendo dois para a França, dois para a Alemanha, dois

4 — As Realizações

para a Itália e um para cada um dos países da Benelux. A esta Comissão cabe a iniciativa e a execução das medidas votadas e aprovadas. A feição mais característica é o fato destes elementos escolhidos pelos Estados não representarem, quando em função, os interesses nacionais destes Estados e sim os interesses da Comunidade dos seis Estados. O segundo órgão é o *Conselho de Ministros* que comporta seis ministros delegados dos seis países, dos quais representam os interesses nacionais e não os interesses da Comunidade. Neste Conselho as decisões são tomadas por simples maioria de votos. Um Terceiro órgão é a *Comissão Econômica e Social*, formada dos mesmos elementos da *Comunidade Européia da Energia Atômica (EURATOM)* são cerca de cem representantes de sindicatos, de empresas, de consumidores, incumbidos de dar parecer, responder à consultas a respeito das questões tratadas. Além destes órgãos permanentes, a CEEE dispõe de uma *Côrte de Justiça* que controla a interpretação e a aplicação dos dispositivos do Tratado. Desde 1965 tem sido planejado uma fusão dos corpos executivos das três organizações, a CEE, a EURATOM e a CECA. Esta perspectiva de integração traduz bem o objetivo de unificação política que está na mente dos europeus do Ocidente, mas que sendo ainda prematura a sua discussão, convém insistir apenas na unificação econômica.

Como na Alemanha, nos primeiros tempos do *Zollverein*, formavam-se, em certos Estados, outras "ligas" alfandegárias (*Steuerverein* e *Handelsverein*), no momento atual, a Europa assiste a outras tentativas de uniões, em plena realização, destacando-se a *EFTA* sigla do título inglês "European Free Trade Association". Esta também não demorará em se integrar nas instituições análogas dos seis signatários de Roma. A *EFTA* resulta da Convenção de Estocolmo de 1960 e reúne a Grã-Bretanha, a Dinamarca, a Noruega, a Suécia, a Suíça, a Áustria e Portugal.

O primeiro decênio de atividades do *Mercado Comum Europeu* deixa um saldo positivo de considerável importância. Não se trata apenas, de remover obstáculos internos ao intercâmbio e de harmonizar as políticas, mas também de continuar a livre circulação das mercadorias na área da União, de eliminar as restrições quantitativas e as quotas, de suprimir o *dumping*, de salvaguardar os interesses da *agricultura* (diferentes em todos os países) de resolver as questões de transportes num quadro de política comum, de facilitar os movimentos e a circulação da mão-de-obra e de capitais. Em suma, tratou-se de estabelecer um equilíbrio econômico interno, modernizando empresas, valorizando regiões menos desenvolvidas e financiando os Estados membros no interesse comum.

Contrariamente ao que, por vêzes, tem se dito, a *agricultura* não foi esquecida, apesar da maior dificuldade que a demora das soluções de produtividade agrária sempre determina e de suas estruturas complexas. As organizações agrícolas têm de ser coordenadas, observando certas regras de concorrência, e devem apresentar como certa unidade em escala européia e não apenas nacional. (Neste setor, por conseguinte, a tarefa é longa e delicada).

Para aquilatar com certa clareza os resultados do decênio em que funcionou o Mercado Comum, é necessário lembrar as condições em que nêle entrosam os diferentes países.

Sem procurar saber se a *Alemanha Ocidental* é o mais importante dos Estados membros da CEE, deve ser lembrado que a êste país cabe a maior *população* (54,3 milhões em 1961). Representa, pois, o maior mercado consumidor. Quanto a suas riquezas na contribuição que oferece, figura esta com 53% do *carvão*, 42% do *aço* e cerca de 50% dos *veículos motorizados* da Comunidade. Entretanto, a *indústria metalúrgica* alemã trabalha com 80% da sua capacidade quando, há

poucos anos, trabalhava com 97% desta capacidade. Em matéria de *agricultura* a Alemanha Ocidental se prestou a muitas concessões a partir de 1962, quando foi iniciada a política agrícola comum. O governo de Bonn foi, a êste respeito, várias vêzes censurado pelos agricultores alemães, principalmente em razão das supressões de *subsídios* consentidas pelo governo. Quanto ao seu comércio, a Alemanha é o segundo maior exportador do mundo e o terceiro importador. Com a *Associação Européia de Livre Comércio* (EFTA: European Free Trade Association), a quota alemã é de 30%, enquanto a de seus associados é de 13% apenas. As divergências alemãs não são tanto no terreno dos interesses econômicos, resultam antes de pontos de vistas políticos.

Quanto à *Itália*, apenas um pouco menos povoada do que a Alemanha Ocidental (51 milhões de h.) ocupa no MCE, uma posição geográfica de importância nos mares do Mediterrâneo. Atualmente, o povo parece estar esperando a realização do sonho de Mazzini: uma livre "República Europeia", ideal do partido federalista com Sforza e De Gasperi. A situação apresenta-se para a Itália como termo de uma revolução econômica que começou em 1861 com a independência. O impulso atual foi dado depois da Segunda Guerra Mundial pelo auxílio americano que solidificou uma base industrial ainda fraca para uma estrutura verdadeiramente moderna. A participação da Itália no Mercado Comum foi um passo decisivo e acelerou a produção industrial que se expandiu, em cinco anos, a razão de 10% ao ano. As importações triplicaram seu valor de 1952 a 1962. Os investimentos estrangeiros que eram de 567 milhões de dólares em 1959 passaram a mais de dois bilhões de dólares em 1962. Consideráveis progressos estão se realizando na industrialização no norte da Itália atraindo elementos da superpopulação pobre do Sul.

A respeito desta expansão da vida econômica da Itália, resultante de sua entrada no MCE diz o economista italiano Bruno Foa: "Muitas dúvidas foram ouvidas quando a Itália entrou no *Plano Schuman* em 1950, entretanto a ameaça de uma completa falta de defesa diante dos baixos preços da concorrência de Luxemburgo, da França e de outras fontes européias em razão dos direitos da intercomunidade relativos ao aço, em 1958, seu caso foi resolvido com completo sucesso. Além disso, assim que, em princípios de 1950, pareceu destinada a ser levada a afeito (até certo ponto) a integração industrial européia, novos investimentos nas maiores linhas da produção começaram a visar as possibilidades de mais concorrência dentro dos maiores mercados e, em consequência, produção em maior escala a menores preços por unidade." De fato, a repercussão foi imediata na produção de automóveis, de aparelhos domésticos, de refrigeradores que deram maior exportação com baixa de preços.

De modo diferente se apresentam as três nações do Benelux que uma tradição mais antiga dotou de exemplar experiência. Beyen, Bech e Spaak eram seus líderes no exílio que elaboraram os dispositivos da comunidade econômica, destinada a nações sob regime diferentes, monárquicos liberais na *Bélgica* e *Luxemburgo* e "dirigista" nos *Países Baixos*. Em 1958 estava pronta a união que entrou em vigor em 1960, apesar da desconfiança de alguns industriais belgas e de certas diferenças nas respectivas legislações sociais. Mas o Benelux revelou-se cedo muito favorável ao movimento de integração econômica da Europa; na Holanda um inquérito apresentou 43% da opinião pública favorável a formação de "*Estados Unidos da Europa*". Na Bélgica existem divergências entre Walões e Flamengos a respeito da atitude a adotar perante a *França*; a língua e a etnia explicam o contraste. O que não pode ser contestado, apesar do franco apoio à Comunidade européia, é um certo receio dos três países

do Benelux de serem os seus interesses dominados pelos "Três Grandes". Entretanto, para o bem comum, não hesitaram em levantar as suas tarifas para o exterior e baixá-las para os seus novos associados; os Países Baixos viram declinar em 10% a sua indústria carvoeira (1962). Em conclusão, se o Benelux mostrou o caminho da união, hoje, mais do que nunca, cuidam os seus governos de estreitar os laços econômicos e políticos que os ligam.

Até agora o *sentido político* do MCE foi prudentemente afastado das discussões para chegar, o mais acertadamente possível, às *realizações econômicas*, que de todos exigem sacrifícios antes de lhes trazer benefícios. Os proveitos registrados nos diferentes países associados são garantias de que o passo seguinte, o passo político, é realizável.

5 — O Caso franco-britânico no MCE

A *Comunidade Britânica*, representando consideráveis interesses extra-europeus, se tinha mantido mais ou menos alheia às organizações econômicas da Europa. Em 1958, entretanto, o governo de Londres entrou na Associação planejada em *Estokolmo* que ligava a Suécia à Noruega, à Dinamarca, a Suíça, à Áustria e Portugal, a chamada EFTA. Seus objetivos em via de completa realização são análogos aos do Mercado Comum, não incluindo, entretanto, os interesses agrícolas. A Finlândia nela entrava em 1961.

Foi nesta mesma data que, depois de algumas hesitações, a Grã-Bretanha notificou a sua candidatura à admissão no Mercado Comum Europeu (9 de agosto de 1961). Começaram então intermináveis negociações entre os Seis e os ingleses; divergências surgiram a respeito das questões agrícolas. Em novembro de 1962, as eleições francesas davam estrondosa vitória aos degaulistas e seus aliados políticos, reforçando assim a posição de De

Gaulle. Uma das primeiras iniciativas do presidente francês, em janeiro de 1963, foi de assinar com a Alemanha de Adenauer (onde havia sido tão entusiasticamente recebido) o Tratado que forjava o *Eixo Bonn-Paris*. Era um pacto de cooperação política, cultural, militar de consultas periódicas, com troca de programas. Visava De Gaulle manter seu amigo alemão no jôgo francês. Este jôgo francês consistia essencialmente em impedir que a *união econômica* dos Seis, em pleno progresso, não evoluísse para uma *união política*, com a criação de uma entidade supra-nacional. A atitude da França se definiu a 14 de janeiro de 1963, quando De Gaulle se revelou contrário à admissão da Grã-Bretanha no Mercado Comum. A reunião de Bruxelas então se dissolveu, entre os cinco associados da França, levantaram-se opiniões divergentes censurando a sua atitude. Protestos surgiram principalmente nos setores do Benelux. Os argumentos do governo de Paris eram a insularidade britânica, a sua maritimidade, ligada à regiões distantes, seu comércio e sua indústria especializada, as *preferências* ditadas pelo seu Commonwealth, os seus associados do EFTA sua ligação interna com os *Estados Unidos* que acabariam dominando econômica e politicamente a Europa, em suma, a França, aceitava a Grã-Bretanha apenas como *colaboradora*, e preferia ficar dominando a "Pequena Europa" no Mercado Comum. Durante alguns meses de 1965, a França ficou sem seus representantes no Conselho de Ministros; mas, em princípios de 1966, apresentou propostas de reforma das funções executivas do MCE reduzindo os poderes da Comissão Executiva, substituindo o voto da maioria pelo da unanimidade e criando uma Comissão Única para as três instituições que ligam os Seis: o MEC, a Euratom e o CECA.

Sob a administração do chanceler Ludwig Erhard, a atitude do governo alemão (de tão prêsã às teses francesas, no tempo de Adenauer), modificou-se ligeiramente e se manifestou

em favor da admissão da Grã-Bretanha. Quanto ao governo de Londres, desde o princípio na crise de 1963, definia a sua intenção pelas palavras de seu representante em Bruxelas": nós, outros, na Grã-Bretanha, não vamos virar as costas à Europa ou às potências da Comunidade. Somos parte da Europa pela geografia, pela tradição, pela história, pela cultura e pela civilização. Continuaremos a trabalhar com nossos amigos na Europa para a real unidade e força deste continente" (Edward Heath, em 1963).

6 — Interesses extra-europeus

Quando foi elaborado, em Roma, o tratado que instituiu o Mercado Comum Europeu, vários dos seis signatários ainda possuíam colônias, especialmente na *África* (França e Bélgica). Foi então elaborada uma *Convenção de Aplicação*, anexa ao tratado, no qual cuidou-se, dentro de um período de cinco anos, de prover um fundo comum de investimentos para financiar a produção dos países subdesenvolvidos ainda ligados às metrópoles europeias e, ao mesmo tempo, estudar até que ponto podiam ser libertados os intercâmbios comerciais,

eliminados os direitos alfandegários e as quotas. Ao se tornarem independentes, vários territórios africanos tinham de entrar em acôrdo que respeitasse sua igualdade política na associação. A questão africana foi debatida em várias reuniões da Assembléia Européia, que enviou missões aos diferentes países. Do seu lado, os africanos se reuniram na Conferência de Vagadugu. Os debates foram cordiais e os estudos apresentados foram proveitosos. Surgiram, entretanto, certas condições: as ex-colônias, em certos casos, gozavam nas ex-metrópoles de direitos *preferenciais*; ora, o Mercado Comum não comportava regime de exceção. Novos planos foram elaborados para o período de transição.

Assim mesmo foram estipulados auxílios a certos produtos tropicais, em benefício dos seis signatários, para a estabilização dos preços. Para a *banana*, o *algodão*, o *cacau* e o *café* foram concedidas reduções progressivas nas taxas de importação no Mercado Comum Europeu. O resultado mais claro deste comércio africano foi o prejuízo que o *Brasil* e outros países da América Latina sofreram e sofrem da concorrência africana nos Mercados da Europa.

O ESTADO DE MALTA

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Aspecto Geo-Econômico

O arquipélago de Malta é formado pelas ilhas de *Malta* (246 km²), *Gozo* (67 km²), *Comino* (2,6 km²) e pela ilhota desabitada de *Fúlfia*, dominando o canal que divide o Mediterrâneo Oriental do Ocidental. Nestas formações rochosas destacam-se os seguintes centros populacionais: *La Valeta*, capital do Estado, *Cita Vecchia*, *Zeitun* e *Sliema* em Malta e *Vitória* em Gozo.

Seu clima, do tipo mediterrâneo, com verões secos e quentes e invernos chuvosos e temperados, permite-lhe cultivar a vinha, trigo, cevada, cebola, batata inglesa e legumes; sua área cultivada é de 35 067 acres. A indústria maltesa baseia-se na *reparação e construção naval*, embora toda a matéria-prima para o trabalho tenha que ser importada. A *pescaria* está bastante desenvolvida na ilha, tendo em 1964 alcançado a cifra de 1 348 toneladas de pescado.

As principais importações incluem as maquinarias e material para seus estaleiros, tecidos e cereais. Quase tudo lhes é fornecido pela Inglaterra com 38%, ficando 11% para os demais países da Comunidade Britânica e 11% para a Itália.

As belezas naturais de Malta tornaram a região um centro de atração turística, tendo sido visitada em 1964 por 38 380 estrangeiros. Últimamente, tem sido grande o afluxo de povos mediterrâneos que têm procurado se estabelecer no arquipélago, notadamente de italianos; daí o crescimento de sua população que, em 1965 foi estimada em 319 000 habitantes.

2 — Aspecto Geopolítico

Lançando sua famosa teoria do espaço, Ratzel afirmou que sob o ponto de vista geográfico, o espaço representa força política. A guerra, diz Ratzel, “demonstrou que continentes e oceanos constituem um jôgo, num plano político mundial sólidamente urdido. Lugares longínquos, que até pouco nenhuma relação pareciam ter com as necessidades cotidianas de um povo, tornaram-se pedras angulares de seu destino. Este foi o caso de Malta, em relação a Suez e o tráfico que a êle demandava através do Mediterrâneo.

Ora, o comércio marítimo reservou, desde a antigüidade remota, certas vantagens a alguns povos, vedando-as a outros que não possuíam acesso direto a espaços marinhos. Povo essencialmente agricultor, nada indicando suas tendências marítimas, o hebreu procurou, no entanto, durante o governo de Salomão, numa época de prestígio e de expansão, desenvolver seus meios de contato e de ação sobre o mar; tal atitude se orientou, quer através de uma aliança com Hiran, o rei fenício de Tiro, quer pelo estabelecimento de um pôrto em Eziongabar, no gôlfo de Akaba. Tal posição que hoje Israel quer defender, encontra por parte dos árabes grande oposição que os leva a uma guerra. A política atual de Nasser é a de interditar a Israel o controle de estreitos vizinhos ao território egípcio. Esta mesma política foi posta em prática no passado, não muito remoto, pela Inglaterra.

No século XIX a Inglaterra tornou-se potência naval através do controle de vários estreitos, adquirindo

para tal, *pontos vitais* que lhe assegurassem o domínio marítimo; Gibraltar, Aden, Singapura e *Malta*, tornaram-se assim bases inglesas que lhe permitia dominar regiões-chaves em seu comércio. Na conjuntura atual o golfo de Akaba, regiões-chaves para Israel, transformou-se numa zona de conflito, dando a outras áreas que lhe estão próximas, a categoria de ponto vital. Neste último caso encontra-se agora Malta que, em 1956 já serviu a Inglaterra, como *cabeça de ponte* para atacar o Egito então em luta contra Israel, por causa do canal de Suez.

Malta foi no passado ocupada pela Inglaterra como *ponto chave do domínio marítimo*, sendo também indispensável hoje, ao domínio aéreo, já que ocupa *posição estratégica em zona de conflito*. A ilha de Malta destaca-se como ponto-chave e vital na *cintura Mediterrânea*, formada de um lado pelo estreito de Messina e do outro pela região que separa o Cabo Bom da costa sudoeste da Sicília.

Ora, sendo o estreito de Messina apertado por terras formadas pela Sicília e península Itálica, a Cintura Mediterrânea encontra-se aí inteiramente submetida a dominação terrestre, envolvendo neste caso unicamente a Itália. Já a área marítima é bem mais extensa no sul, envolvendo a Tunísia, Sicília e Malta; dêste modo, a Cintura Mediterrânea será aí submetida ao duplo poderio naval e terrestre.

No entanto, a ilha de Malta, constituiu geopoliticamente, uma *posição marítima de relativo isolamento*, protegida contra as comunicações terrestres normais, porém dotada de excelentes possibilidades como escala marítima e aérea; daí sua função como *centro de irradiação de forças, ponto de defesa ou de ameaça*. Malta, sob o ponto de vista geopolítico é a mais importante das bases que servem de escala na rota da Índia, através do Mediterrâneo e canal de Suez; seu *ponto central no Mediterrâneo* lhe garante tal classificação.

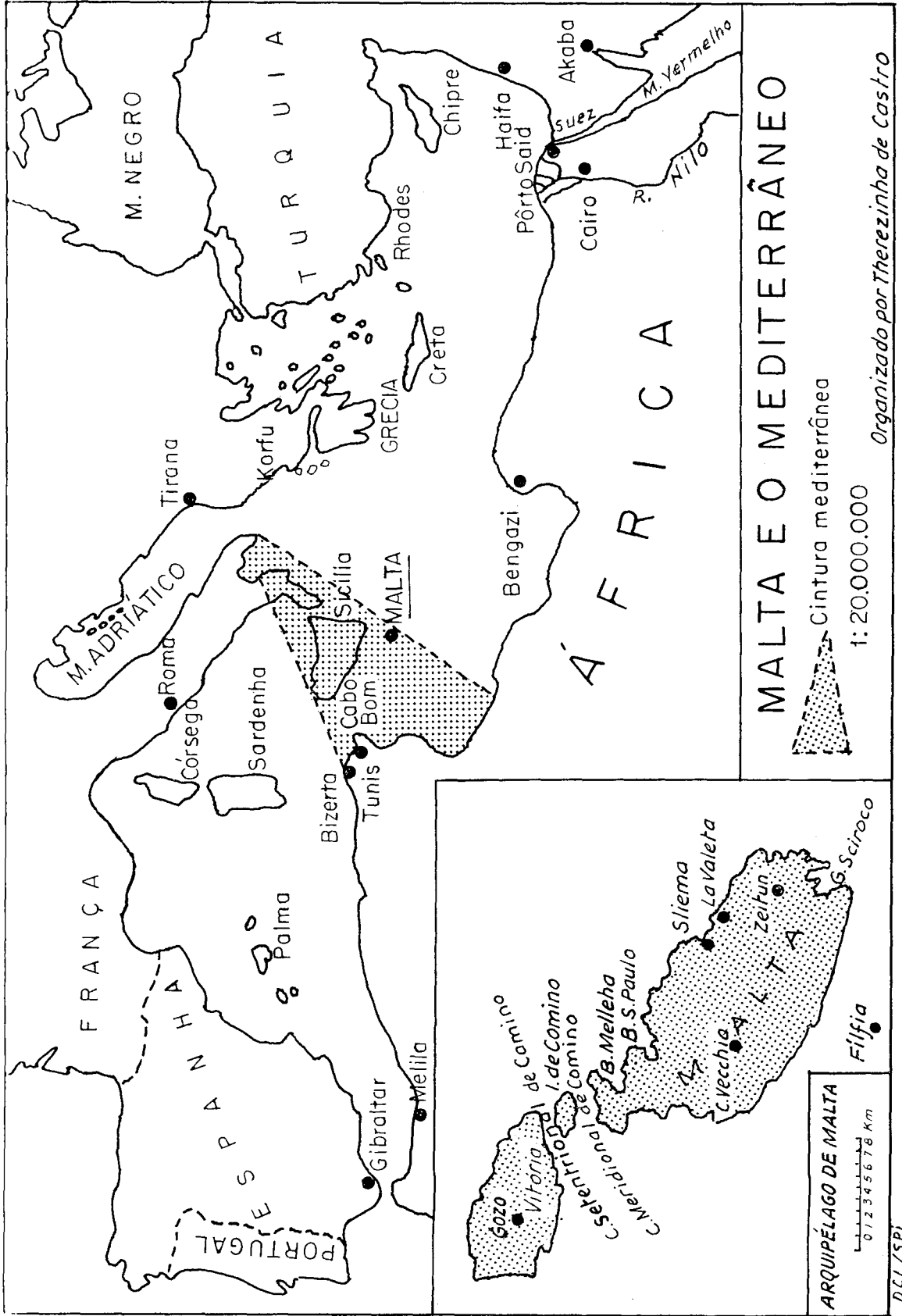
Durante a *Primeira Grande Guerra*, Malta serviu de base para os aliados que lutavam no Adriático contra a Áustria, até a entrada da Itália no conflito (1915). A aliança da Itália e Alemanha na *Segunda Grande Guerra* realçou o valor estratégico de Malta; embora duramente bombardeada pelos *stukas* alemães, não deixou a ilha de ser excelente arsenal flutuante para os aliados, cujos navios avariados aí encontraram abrigo. Em princípios de 1943, Malta tornava-se uma base ofensiva extremamente perigosa para as forças do Eixo, tornando precárias as comunicações da Itália com a Tripolitânia e Tunísia, o último reduto das forças italo-germânicas na África.

3 — Antecedentes Históricos e a População

Por sua posição central Malta teve, desde a antiguidade, *papel importante na história do Mediterrâneo*. Este determinismo geográfico fez com que a ilha pertencesse sucessivamente aos *fenícios, gregos, cartagineses e romanos*; constatou-se então que quando um desses povos ocupava a ilha, coincidia a época com *seu maior desenvolvimento marítimo* e, quando a perdia, estava próximo o *seu declínio*. Por isso pode-se afirmar que Malta foi o centro de toda a *talassocracia antiga*, ou seja, de toda a dominação mediterrânea.

Em 711 os *árabes* haviam tomado quase toda a África do Norte a península Ibérica; faltava-lhes o arquipélago maltês para o controle do Mediterrâneo, que conseguiram em 870. Malta tornou-se então um foco de corsários, já que era daí que os árabes atacavam os litorais mediterrâneos de países cristãos.

Das mãos dos árabes a ilha passou para o *domínio normando* (1090), caindo nas mãos dos *franceses* (1282) e daí para o *domínio espanhol* até Carlos V doá-la a *Ordem dos Cavaleiros de São João de Jerusalém* (1530). Como desta Ordem fizessem parte indivíduos de várias nacionalidades a ilha



MALTA E O MEDITERRÂNEO

Cintura mediterrânea

1: 20.000.000

Organizado por Therezinha de Castro

ARQUIPÉLAGO DE MALTA

0 1 2 3 4 5 6 7 8 Km

DCL/SPI

foi dividida em "8 línguas", cada qual dirigida por um *prior* eleito; os cavaleiros franceses eram os mais numerosos, os espanhóis os mais influentes, seguindo-se os italianos e ingleses. A influência inglesa em Malta desapareceu, quando Henrique VIII adotou o anglicanismo, fazendo com que essa "língua" perdesse aí seus domínios.

Em 1565 os cavaleiros resistiram corajosamente a investida dos turcos, quando era *Grão Mestre João Parisot de La Valeta*. Este idealizou a construção de uma *cidade fortificada* para se prevenir contra qualquer eventual ataque; todos os soberanos católicos enviaram seu donativo. Nascia assim *La Valeta* que é hoje capital de Malta (1566).

A França havia conseguido instalar indiretamente seu protetorado em Malta, por intermédio dos Cavaleiros de São João, até ser ocupada por *Napoleão* (1798); este viu na ilha ótimo ponto estratégico que, em mãos dos franceses, atrapalharia as atividades inglesas no Mediterrâneo. Em 1800, com a colaboração dos malteses, os ingleses expulsam daí os franceses, transferindo a ilha para a sua área de influência; o *Congresso de Viena* (1815) confirmou para a Inglaterra a posse da ilha.

As ocupações sucessivas da ilha trouxeram para a região um *problema lingüístico*. Grande parte dos seus habitantes falam o *maltês*, dialeto de origem semítica; as classes mais cultas falam o *italiano*, língua que substituiu o latim durante a Idade Média. No século XVIII o *francês* começou a se expandir pela ilha, mas os *ingleses* barraram-lhe os progressos. Em 1838, o *Estatuto Fundamental da Universidade* reconhecia o italiano como "língua de cultura dos malteses"; ficava o inglês limitado aos órgãos administrativos. Hoje, os idiomas falados na ilha são o *maltês*, *italiano* e *inglês*.

4 — Situação Política Atual

As provas de lealdade e heroísmo que os malteses deram a Inglaterra durante a Segunda Grande Guerra, iriam influir de modo decisivo na *atual situação política* de que goza a ilha. A Inglaterra concedia-lhe um *governo autônomo* (1947), com estatuto próprio, espécie de meio termo entre o das colônias e membros do Commonwealth. Elegia-se então, por sufrágio universal, 40 membros para a representação proporcional da Assembléia Legislativa.

Dois partidos passaram então a disputar a política local. O *Partido Trabalhista*, liderado por *Dominic Mintoff*, desejava uma maior aproximação e dependência da Inglaterra; ou seja, uma situação análoga a da Irlanda do Norte, com representantes malteses na Câmara dos Comuns inglesa. Já o *Partido Nacionalista*, chefiado por *Giorgio Borg Olivier*, se opunha a tal integração.

Realizadas as eleições em 1955 coube a vitória ao Partido Trabalhista de Mintoff com 23 representantes contra 17 do Partido Nacionalista de Olivier. Tornando-se Primeiro Ministro, Mintoff tentou dar andamento a sua política integracionista, baseado no *plebiscito* (1956) que fêz realizar, no qual 75% dos malteses haviam votado em prol do seu projeto. Como a Inglaterra resolvesse adiar a integração por mais 5 anos, eclodiu uma *crise interna* na ilha, levando Mintoff a renúncia. Tal fato levou a declaração do *estado de emergência* (30 de abril de 1958).

Apaziguados os ânimos, foi elaborada uma *Constituição* (1961) que transformava a ilha no *Estado de Malta*, ficando a Inglaterra responsável por sua defesa e assuntos externos. Uma posterior Conferência, realizada em Londres (1963) concordou conceder independência completa a ilha.

No dia 21 de setembro de 1964, o Príncipe Philip entregava a *Giorgio Borg Olivier* a *Declaração da Independência de Malta*, em nome da Rainha

Elizabeth. Olivier tornava-se, como chefe do partido mais votado, o Primeiro Ministro, enquanto *Sir Maurice Dorman*, o Governador Geral e representante da Rainha neste novo membro da Comunidade Britânica, jurava obediência ao Estado.

Procurando atrair capitais ingleses para a ilha, o Primeiro Ministro Olivier, assinara também com a Inglaterra um acordo, pelo qual concordava com a continuação da *base militar inglesa em Malta*, recebendo em troca um auxílio financeiro.

Criticando a independência de Malta, nesta base, o Partido Trabalhista de Mintoff afirmou que o ato "não passava de uma farsa, para ocultar o domínio britânico na ilha".

Sendo a população maltesa predominantemente católica (98,4%) graças à influência italiana, o Papa Paulo VI felicitou o Estado que nascia por telegrama — "pela independência e novo futuro que se apresenta ao vosso povo".

QUADROS ESTATÍSTICOS

POPULAÇÃO

ANO	Habitantes
1921.....	224 000
1931.....	241 000
1940.....	279 000
1954.....	315 000
1965.....	319 000

COMÉRCIO (libras esterlinas)

ANO	Exportação	Importação
1920.....	1,6	5,7
1940.....	0,4	2,3
1950.....	1,6	16,7
1960.....	3,8	29,6
1964.....	6,9	34,5

MOVIMENTO PORTUÁRIO

ANO	NAVIOS	Toneladas
1922.....	2 617	2 718
1964.....	2 380	5 404

FONTE: *Almanaque Mundial* (1967) — *Seleções do Reader's Digest*, Rio, 1966 — *The Statesman's Year-Book* (1966-67) — Londres, 1966.

ISRAEL E O MUNDO ÁRABE

DELGADO DE CARVALHO

1 — O Quadro Geopolítico

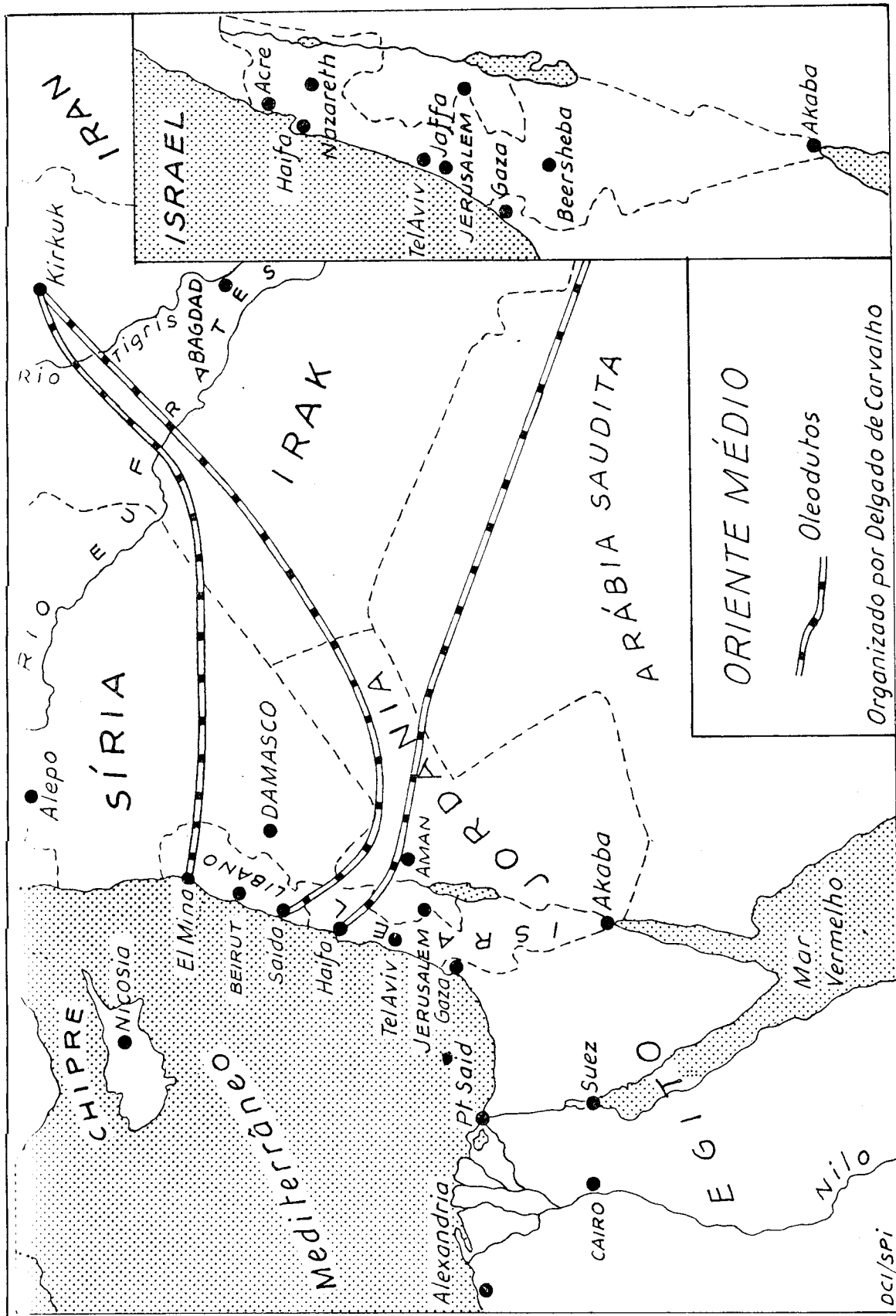
O *Nordeste Africano* e o *Sudeste Asiático* constituem uma região cultural que reúne certas características geográficas e muitas afinidades humanas. Fisicamente abrange terras em que predominam desertos; geopoliticamente é a área em que tomam contato três continentes, pois é o caminho tradicional da Europa para o Extremo-Oriente. Economicamente, por fim, é uma parte do chamado *Crescente Fértil* que orla os grandes desertos da Arábia. Em termos de maior atualidade, é a terra que não tem petróleo mas que serve ao trânsito por oleodutos do petróleo das regiões petrolíferas mais ricas.

O Oriente Médio é o resíduo de um passado imemorial que, depois de séculos de domínios estrangeiros, destacou-se do Império Otomano. Dêste último lhe vem a sua triplíce homogeneidade étnica, lingüística e religiosa. Não é perfeita, aliás, esta homogeneidade: zona de passagem, mas de natureza inspiradora, foi berço das grandes religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. Nela pertence a predominância ao setor muçulmano, mas apesar de ser o Corão uma real Carta Magna de teor político, o Oriente Médio não chegou à unificação de seus sete Estados. São nações novas que surgiram há poucas décadas, mas cuja curta história independente conheceu e conhece ainda, desconcertantes diretrizes políticas; de fato, poucos países tiveram seus destinos mais abalados pelas duas guerras mundiais.

2 — Os Estados Árabes

Numa área de aproximadamente dois milhões de quilômetros quadrados, dos quais cêrca de um milhão pertence ao Egito, desenvolvem-se os principais Estados Árabes. De mais ou menos cinqüenta milhões de habitantes, trinta cabem ao *Egito*, oito ao *Irak*, seis à *Síria*, cinco ao *Iemen*, três ao *Libano* e dois à *Jordânia*. Fora desta enumeração, ainda dois milhões de quilômetros quadrados de desertos localizam de três a quatro milhões de habitantes na *Árabia Saudita*. Árabes também são as pequenas monarquias do gôlfo Pérsico, a riquíssima *Kowait*, *Mascate* e *Oman*.

A) Acha-se, pois, neste setor do mundo árabe, o *Egito* como que predestinado a realizar algum dia a unidade visada pela *Liga Árabe*. Em 1882 contava ainda de 6 a 8 milhões de habitantes; hoje já se aproxima dos 30 milhões. Esta explosão demográfica foi marcada a partir do momento em que a construção do canal de Suez ligou a êste nôvo caminho para a Índia os interesses britânicos. A *assistência médica* dos inglesês e a construção da *barragem de Assuan* (1902), que reduziu muito os períodos de penúria e fome, determinaram êste surto populacional, de 50 por mil de nascimentos e uma queda de 20 por mil de óbitos (1945). De fato, as irregularidades do Nilo, corrigidas pela barragem e açude de Assuan, normalizaram as enchentes anuais, mas o alastramento das culturas não acompanha o crescimento demográfico. De fevereiro a maio o lavrador egípcio cultiva algodão, milho, arroz, cana e legumes.



ORIENTE MÉDIO

Oleodutos

Organizado por Delgado de Carvalho

O algodão é produto essencial do comércio o milho é o principal da *alimentação*. As necessidades levam a reduzir a área de algodão para aumentar a área dos cereais. Quando, porém, estiver terminado a nova *Alta-Barragem de Assuan*, que mede mais de 5 quilômetros de comprimento e 90 metros de altura, a área irrigada do país crescerá de um terço; nem assim estará resolvido o problema de subsistência para o futuro. O Egito já iniciou a sua *industrialização*; além de suas fábricas de tintas, suas refinarias de petróleo, suas fábricas de vidro, de cimento e de produtos químicos, a modernização de seu aparelhamento tem sido ativamente levada a efeito com o auxílio de *capitais* e de *técnicos estrangeiros*.

Quanto ao *Canal de Suez*, a via intermarítima mais rendosa do mundo, foi encampado pelo governo egípcio doze anos antes da expiração de seu contrato. Julgavam os seus usuários que a decadência do tráfico seguiria esta medida; de fato, de 90 milhões de toneladas transportadas pela navegação do canal em 1953, caía a 64 milhões em 1956; mas, em 1964, já havia subido a 227 milhões de toneladas, das quais cerca de 75% devidas ao petróleo. A receita anual do canal é uma das fontes mais lucrativas do tesouro egípcio.

B) A *República da Síria* é um país pobre, montanhoso a oeste, semi-desértico na sua larga extensão oriental. Como área e população pode ser comparada estatisticamente ao Estado do Paraná. No seu interior, numerosas são as ruínas do passado (Palmira, Zenóbia, Thapsco). Na costa mediterrânea mais chuvosa e na região de *Damasco*, sua capital, que recebe águas do anti-líbano, a sua agricultura se limita a cereais (milho e trigo) e frutas (damascos, laranjas e uvas) e à cultura de algodão. O país é atravessado pelo oleoduto de Kirkuk cujo terminal está em Baniyas, no litoral.

A posição geográfica de *Alepo* entre o cotovelo do rio Eufrates e os portos do Mediterrâneo explica a importância comercial desta cidade síria de meio milhão de almas.

C) O *Líbano*, antiga terra dos Fenícios, dos quais herdou os famosos portos de Tiro, Sido e Tripolis (só lhe falta Arad, que coube à Síria) é um país mediterrâneo com as montanhas altas do Líbano, cujos cedros, hoje quase desaparecidos, foram célebres na Antiguidade. Os seus vales longitudinais possui solo fértil com culturas do Mediterrâneo. Centro comercial e financeiro, é também cultural (Beirut); 54% de sua população é cristã desde o início de nossa Era.

D) “A *Jordânia*, diz Preston James, é a faixa de território que sobrou quando foi refeito o mapa do Sudoeste da Ásia, depois do colapso do Império Otomano”. Foi “*Transjordânia*” sob a administração britânica. Deserto e estepes, é povoado de pastores nômades e recolheu os irmãos árabes e muçulmanos, refugiados da Palestina quando foi criada Israel. Poucos recursos em terras de cultura pôde oferecer a este meio milhão de correligionários.

3 — Israel

Quando a Grã-Bretanha abriu mão de seus mandatos na *Palestina* e *Jordânia*, dos dois milhões de habitantes, 600 mil eram israelitas. Hoje, no *Estado de Israel*, são 2 240 000 os israelenses e duzentos mil os muçulmanos (1965). É fácil verificar como foi intensa a imigração de judeus em menos de vinte anos. As perseguições nazistas na Alemanha de Hitler para isto contribuíram fortemente. O antagonismo que cedo surgiu entre muçulmanos e israelenses dificultou a delimitação de fronteiras do novo Estado e as *Nações Unidas* só conseguiram uma solução que os Estados árabes não aceitaram como definitiva.

Fisicamente Israel é um planalto ondulado entre a costa baixa do Mediterrâneo e a depressão da fratura longitudinal do rio Jordão e Mar Morto. É uma terra árida e pobre que o passado erodiu e devastou. O problema do *suprimento de água* é primordial num país onde cerca de 80% da população é urbana. Daí toda uma política econômica de um povo cuja *técnica científica* exige a mais estrita disciplina (reflorestamento, poços, fertilizantes, estações hidrelétricas). A *industrialização*, por sua vez, está em pleno desenvolvimento (química, têxtil, plástica, metálica, de aparelhos domésticos, etc.). As importações de matérias-primas crescem e representam ainda o dôbro do valor das exportações, sendo cerca da metade do comércio total feito com os Estados Unidos (25%) e com a Grã-Bretanha (20%). Em 1964, os *auxílios financeiros* prestados a Israel pelos Estados Unidos subiam a 792,7 milhões de dólares. A ajuda estrangeira é pois indispensável a um país cuja prosperidade é alcançada pelo trabalho intenso de uma população, proveniente de cerca de *setenta países diferentes*, com hábitos e idéias diferentes, línguas diferentes, mas com uma mesma religião.

4 — As Relações Internacionais

Prevalece, há vinte anos, no Oriente Médio um estado de Paz-Armada de tal complexidade que nem de equilíbrio pode ser definida. Esta instabilidade, neste “Terceiro Mundo” resulta das constantes alterações que revelam as Potências Ocidentais nas suas relações com o Mundo Árabe e com o Estado de Israel.

A idéia Sionista, tradicional, política, prática, mas não exclusivamente religiosa, encontrou em 1917, na *Declaração Balfour*, uma promessa de realização que o interesse da Grã-Bretanha em guerra parecia aconselhar. O povo israelita, disperso em diversos países, aspirava a ser uma nação. A escolha de um *Lar Nacional* recaiu

naturalmente sobre a Palestina, onde a Grã-Bretanha obtinha um mandato. Por parte dos árabes, o poderoso Emir Faissa (do Hedjaz) aceitou a idéia. Depois de 1920, porém, as realizações práticas do plano foram determinando oposição árabe, apesar das grandes doações territoriais feitas à *família Hashimita* (Faissal no Irak, Ali no Hedjaz, Abdula na Transjordânia). A medida que a Palestina ia tornando-se israelita sob o *mandato britânico* surgiam dificuldades com os árabes e o governo de Londres desanimado de achar uma solução (Conferência de Londres 1939) anunciou a sua desistência do mandato em favor de uma solução árabe com garantias aos judeus. A Segunda Guerra Mundial favoreceu a causa israelita no Oriente Médio; mas a *questão de limites*, entregue às *Nações Unidas*, em 1947, não tendo podido ser resolvida, deflagrou-se a guerra entre israelitas e árabes. Com a derrota dos árabes, proclamou-se *Israel Estado independente*, em maio de 1948. Por fim, no ano seguinte, um *armistício* foi assinado entre Israel e seus quatro vizinhos árabes: era reconhecido “de facto” o controle israelense do território conquistado.

Não tendo a ONU conseguido seu papel de mediador, nomeou uma *Comissão de Conciliação* que obteve de Israel a proposta de aceitar a volta de cem mil árabes. Não se chegou a um tratado de paz e foi assinado o *Protocolo de Lausanne* que confirmava apenas as cláusulas do armistício. Tentou então Israel entrar em acôrdo secreto com a Jordânia, mas o rei *Abdula* foi assassinado por ter-se prestado a semelhante negociação separada com Israel. De então (1951) em diante, Estado árabe nenhum se arrisca em tentar imitar a Jordânia de Abdula e a “questão da Palestina” serve de instrumento para manter a solidariedade dos Estados Árabes.

De seu lado, a política de Israel visa aparentemente três objetivos capitais: a *integridade e a segurança* de seu território, o que leva o seu

governo a procurar paz com o mundo árabe e apoio das Potências que auxiliem seu poder defensivo. O segundo objetivo é de promover e fixar em seu território a *imigração dos israelenses* de tôdas as partes do mundo, para se tornar uma nação cada vez mais forte. Em terceiro lugar, Israel visa a um rápido *desenvolvimento econômico*, adotando para isso um *neutralismo* que lhe permite acolher a cooperação técnica e financeira de qualquer das grandes potências.

A questão das relações de Israel com a Rússia patenteou várias fases. O *governo soviético* cedo demonstrou *anti-sionismo*; mas, embora na própria Rússia não tolerasse demonstração de judeus russos, apoiou com envio de armas a Israel, a sua luta contra a Grã-Bretanha. Atualmente o *neutralismo israelense* não ofende mais o governo de Moscou. O incidente da suposta "conspiração dos médicos judeus", quando faleceu Stalin, já foi esquecido.

Quando, em 1950, a *Declaração Tripartida* dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França propôs uma organização defensiva entre os Estados do Oriente Médio, Israel aceitou a idéia, mas nenhum dos Estados Árabes admitiu uma aliança que incluísse o Estado de Israel.

A partir de 1952-53, os problemas do Oriente Médio tomaram nova feição e os acontecimentos se precipitaram. Não foi unicamente a bipolaridade estabelecida entre as duas maiores potências da época, como também não foram as rivalidades dinástico-sociais, que mantiveram as divergências que a própria *Liga Árabe* nunca conseguiu vencer para a formação de uma frente única.

Em 1952 a ineficiência absoluta do governo do *rei Faruk* e dos partidos egípcios levaram um grupo de "Oficiais livres" a derrubar pacificamente a monarquia. O Egito entrava numa nova fase, de estrutura republicana, mas com um governo forte e reformador que caiu entre as mãos do

general nacionalista, *Abdel Nasser* em 1955. Era a época em que o Irak e a Turquia formavam o *Pacto de Bagdad*, tratado em que entravam, em seguida, a Grã-Bretanha, o Iran, o Paquistão e, mais tarde os Estados Unidos. Quando uma revolução, em 1958 assassinou o rei do Irak e mudou o regime, a sede da liga foi transferida para *Ankara* e o Pacto virou CENTO isto é "Central Treaty Organization". O Egito de Nasser se tinha recusado a entrar neste acôrdo e, para contrabalançar a influência iraquiana, dirigiu-se à União Soviética para obter armas modernas e mais prestígio no mundo árabe. Alarmava-se, de seu lado, Israel pelas concessões territoriais que lhe sugeria então fazer o governo de Londres (Eden). Queixava-se, também, das sabotagens que terroristas exerciam nas suas fronteiras.

Foi em 1956 que se deram os episódios mais dramáticos. Nasser tendo julgado oportuno reconhecer a *China Popular*, o governo de Washington informou o Cairo que retirava a sua proposta de construir a *Barragem Alta de Assuan*. Dias depois Nasser nacionalizava o *Canal de Suez*, desafiando assim as Grandes Potências Ocidentais. Em outubro Israel julgou ter chegado o momento de dar um "golpe preventivo", invadiu a península egípcia do *Sinai* e ocupou a faixa de *Gaza*. A desacertada intervenção armada franco-britânica em *Port Said* veio completar a derrota egípcia, mas inverteu totalmente a situação. Os Estados Unidos e a União Soviética, cada um de seu lado, intervieram determinando não só o cessar fogo como a retirada das forças de ambos os beligerantes. Mais uma vez coube às Nações Unidas o papel de mediador. Israel resolveu ceder e assinou, a 1.º de Março de 1957 o importante acôrdo: era restituída ao Egito a faixa de Gaza mas, no golfo de *Akaba* e no estreito de *Tiran* era franqueada a "passagem inocente". Vencido na guerra, saía Nasser diplomaticamente vitorioso.

5 — República Árabe Unida e o Conflito

O real prestígio alcançado por Nasser na sua política exterior permitiu-lhe gozar de uma autoridade absoluta para executar suas reformas internas, efetuando a *reforma agrária*, a *industrialização* acelerada, grandes *obras públicas*, entre outras a construção da Alta-Barragem do Assuan, desta vez, com capitais e técnicos soviéticos. Os famosos “Decretos de Julho de 1961” fixavam as bases do *Socialismo Egípcio*; era iniciada a execução de um ambicioso Plano Quinquenal.

Na parte noroeste do Crescente Fértil, a *Síria* havia passado vinte anos (1920-1941) sob o mandato francês e, tornada independente, havia conhecido um decênio de golpes de Estado quando, em 1954, foi restabelecida a democracia parlamentar. Um partido Socialista, formado em 1953, dito de *Renascimento Árabe* apresentava programa análogo ao de Nasser no Egito. Em 1958, os presidentes dos dois países proclamaram a união do Egito e da Síria sob o nome de *República Árabe Unida*, sob um governo único e legislatura comum. Nasser tendo exigido a abolição do *regime parlamentar* e a feição unitária e não federal, teve, durante três anos e meio, a direção da política sírio-egípcia. Crescia, porém, a oposição síria contra as *reformas agrárias* principalmente, e a ruptura do laço político se deu em

1961. O Egito conservou, entretanto, a sua designação oficial de República Árabe Unida, não perdendo a esperança de reconstitui-la com a Síria e outras nações árabes com o Yemen. De fato, a intervenção egípcia no Yemen para auxiliar com 60 mil soldados de Nasser a revolução contra o monarca exilado, marcou bem a política nova do Egito. Em 1963 deu-se outra tentativa de união entre a Síria, o Irak e o Egito, mas falhou.

Uma *Constituição provisória* de Estado Democrático-Socialista foi adotada em 1964 pelo Egito. A *Assembléia* é unicameral de 350 deputados dos quais 50% devem ser operários ou lavradores. O mandato presidencial é de seis anos, sendo o presidente indicado pela Assembléia mas eleito pelo povo. A *União Socialista Árabe* é o partido único.

Uma ativa vida internacional foi empreendida por Nasser. De visitas e conferências reconciliou o Cairo com a Arábia Saudita (Pacto de Jeddah — 1965). Mas um *pan-arabismo* em formação, um tanto antinasserista, obriga o governo de Cairo a recorrer ao perigo israelense para recuperar a sua influência predominante no mundo árabe (como de fato aconteceu, mesmo depois das primeiras derrotas egípcias). O bloqueio do *estreito de Tiran*, na saída do golfo de Akaba veio levantar a tradicional *questão jurídica dos estreitos* e por novamente as potências diante de um conflito armado generalizado, em junho de 1967.

A GUIANA

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafo do CNG.

Denomina-se geralmente Guiana, a área geográfica que abrange cerca de 2 000 000 km², cujos limites naturais são: o Atlântico e os rios Orinoco, Cassiquari, Negro e Amazonas. Seu nome é herança da tribo indígena dos *Guaianos* que viviam no sul do Orinoco.

1 — Primeiros Exploradores

No século XVII vários europeus estiveram nesta região a procura do *Eldorado*, atraídos por lendas de jazidas de pedras e metais preciosos em poder das tribos do interior — os caribes e arauacas.

Os primeiros a chegarem aí foram os *espanhóis*: Colombo, na 3.^a viagem que fez à América tocou em Pátria na costa venezuelana (1498); no ano seguinte Alonso Ojeda continuou a exploração, tendo pisado em terras brasileiras da Amazônia como o faria neste mesmo ano, Vicente Pinzon que batizou o rio Amazonas de Mar Dulce.

Em seguida, a região foi visitada pelos *portuguêses* a procura da ligação Atlântico-Pacífico, através de uma passagem que acreditavam existir nas Antilhas. Numa dessas viagens (1513), os portugueses percorreram a costa leste-oeste (nome dado a costa do Maranhão ao Pará) começando a se chocarem os interesses luso-espanhóis. A expedição de Estevão Fróis foi presa pelos espanhóis e conduzida às Antilhas e, no próprio processo que se fez, mostra que na carga levada pelos portugueses estavam alguns índios caribe, apresados na costa venezuelana.

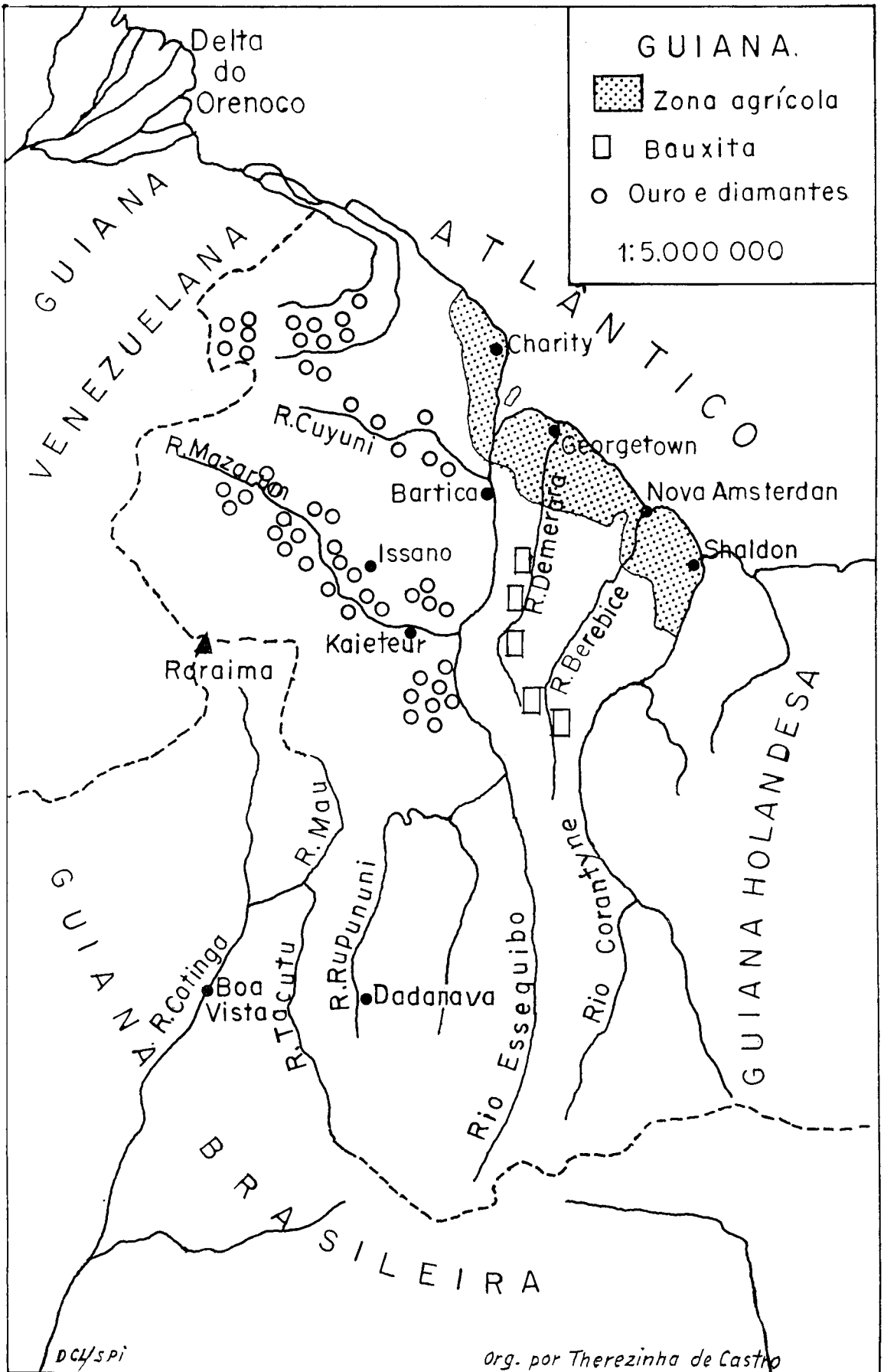
Em 1581 os *holandeses* aportaram na região estabelecendo-se no Demerara. Os *inglêses* tentaram, a partir de 1604, ocupar a região, sendo no entanto desalojados pelos holandeses; não desistiram do intento e, em 1814, os holandeses cediam formalmente parte das Guianas à Coroa Britânica. Os *franceses* também exploraram a região a partir de 1604, embora só em 1635 conseguissem fundar Caiena.

Até 1831 tiveram vida à parte as colônias de Demerara e Essequibo; neste ano, a Inglaterra anexou-as a Berévice e formou a *Guiana Inglesa* com três territórios. A Venezuela pleiteia parte do território da Guiana Inglesa como seu, por herança espanhola; assim, antes que a Guiana se tornasse independente, foi assinado em Genebra (fevereiro de 1966), um acordo entre representantes venezuelanos, ingleses e guianenses no qual se estipula a criação de uma comissão mista para resolução do litígio, ou então, submeter o problema a uma das soluções pacíficas previstas no artigo 33 da Carta da ONU, caso não se chegue a uma solução até 1970.

Em virtude da *variedade de exploradores e colonizadores*, a Guiana, no seu amplo sentido geográfico, ficou dividida em 5 *partes desiguais*: a espanhola, hoje englobada à Venezuela, a portuguesa em poder do Brasil, e ainda as Guianas Holandesa, Francesa e Inglesa.

2 — Aspectos Geo-Econômicos da Guiana Inglesa

A Guiana Inglesa ocupa parte de *uma vasta peneplanície costeira*. Em alguns locais, essa costa é baixa e pan-



tanosa, formando cordões litorâneos e lagoas costeiras; em outras áreas fica mesmo abaixo do nível do mar, sendo porisso necessária a construção protetora de diques e canais. Esta zona aluvional litorânea é maior que as encontradas nas Guianas Holandesa e Francesa, dando porisso à Inglesa vantajosa superioridade econômica, já que é aí onde *se desenvolve a agricultura*, base da economia local, e se concentra a maior parte da população.

De fato, os terrenos aí são férteis, no entanto uma parte ainda ocupada pelos pântanos aguarda um esquema governamental de drenagens, diques e canais que, aproveitando-os, aumentará a produção agrícola do país. Tais benefícios fazem parte do programa a ser empreendido pelo World Bank Missions e pelo plano de recuperação das áreas subdesenvolvidas da ONU. Por outro lado, nesta área da Guiana, onde a população rural que trabalha nos engenhos e fazendas constitui a base econômica do país, torna-se, essencial providenciar a mecanização que eliminaria métodos já obsoletos postos ainda em prática.

O sistema econômico base da Guiana é ainda a agricultura, que ocupa na balança comercial 60% das produções. A *cana-de-açúcar*, seguida pelo *arroz*, milho e café, são os principais produtos agrícolas do país (vide quadro estatístico n.º 1).

Mais para o interior, onde na realidade termina a planície costeira ocupada pelos agricultores, apresenta-se a região das colinas e vales cobertos por bosques contínuos, encerrando toda a *riqueza mineral* da Guiana (vide quadro estatístico n.º 2). A *bauxita* tornou o país o 4.º produtor do mundo e suas jazidas se estendem pelos vales dos rios Demerara e Berebice; as grandes instalações para a sua redução estão em Mackenzie e Everton. O *manganês*, *ouro* e *diamante* também são encontrados nesta área.

Os bosques cobrem uma superfície de cerca de 181 000 km² fornecendo a *madeira* que figura na exportação do país; no entanto, só são considerados economicamente exploráveis apenas 36 000 km².

A serra de Pacaraima, onde o pico Roraima é o mais alto da região, limita essa área mineira no oeste, enquanto, para o sul vão aparecendo as *savanas inexploradas do interior*. Nesta zona, que faz fronteira com o Brasil, nascem os principais rios da Guiana. São bastante caudalosos, formando na nascente saltos e cachoeiras; as mais importantes são as cataratas de *Kaieteur* e as de *Kamaria*, cujo potencial hidroelétrico poderá ser futuramente empregado em benefício da indústria. Aliás, a *indústria do país* baseia-se, na atualidade, apenas nos derivados da cana-de-açúcar através do rum e melaço (vide quadro estatístico n.º 3).

Os rios, por sua vez, constituem as *principais vias de penetração da Guiana*. A navegação fluvial se faz por vapores de grande calado nos 402 km dos trechos navegáveis encontrados nas principais artérias formadas pelo *Demerara*, *Essequibo* e *Berebice*. Sendo que na embocadura dos dois rios mais navegados estabeleceram-se as cidades mais importantes da Guiana: *Georgetown*, a capital na margem direita do Demerara e *Nova Amsterdam*, o maior centro comercial na entrada do rio Berebice (Vide quadro estatístico n.º 4).

A *semelhança da Guiana com a nossa Amazônia* está no seu povoamento disperso ao longo dos rios e zona litorânea, em virtude das suas facilidades naturais de transporte. Por outro lado a Guiana possui, como a Amazônia, as *fontes de seu potencial hidroelétrico* a serem aproveitadas, afastadas dos seus principais centros urbanos, o que torna na realidade o seu

rendimento altamente dispendioso; porisso, em ambas as áreas a industrialização está estagnada pela carência da energia elétrica.

A metade dos 257 km de *ferrovias* existentes no país é utilizada para os serviços de transporte de minério. As *rodovias* asfaltadas (348 km) servem unicamente a zona costeira, já que o interior é servido por estradas de terra (648 km), adicionando-se a isso os atalhos e veredas (965 km). Está em projeto uma rodovia que ligará a capital da Guiana a Lethem, na fronteira com o Brasil. Aliás, cabe à companhia de aviação brasileira, a Cruzeiro do Sul, ligar êsse nôvo país americano ao nosso através da ponte Georgetown—Boa Vista—Manaus. As demais companhias aéreas estrangeiras que fazem escala em Georgetown, põem, de um modo geral, em comunicação a Guiana com o resto do mundo.

Entre as principais *exportações* da Guiana figuravam em 1965 o açúcar, a bauxita, o arroz, diamantes, rum e madeiras (vide quadro estatístico n.º 5); seus mercados consumidores são a Inglaterra, Estados Unidos e Canadá (vide quadro estatístico n.º 6). Êsses países são também seus abastecedores nas importações que se resumem, de um modo geral, em maquinarias e combustíveis (vide quadros estatísticos n.ºs 7 e 8).

Os quadros estatísticos que ilustram o presente trabalho poderão dar, através dos números, uma idéia mais aprofundada da vida econômica da Guiana.

3 — Aspectos Geopolíticos

A *posição da Guiana* flanqueando a passagem marítima que vai da costa oriental da América do Norte a da América do Sul, evidenciou-lhe o valor geopolítico durante a Segunda Guerra.

Vendo que o rápido êxito da Alemanha através da *blitzkrieg* (guerra relâmpago) ameaçava a segurança mundial através da destruição do equilíbrio europeu, as ações da América se reuniram em Havana (1940). Entre as medidas mais importantes tomadas pelos delegados ali reunidos destacou-se o convênio sôbre a administração provisória das colônias e possessões européias no continente americano: previa-se então uma direção temporária dessa chamadas “colônias órfãs”. Neste caso especial estavam enquadradas as Guianas Francesa e Holandesa, já que suas respectivas metrópoles haviam sido invadidas por tropas alemãs.

A Inglaterra quase que sôzinha no conflito, ainda se defendia no mar. Os Estados Unidos mantinham-se ainda neutros, embora o conflito já se tivesse estendido a América, já que o Canadá lutava contra o Eixo. A Guiana Inglesa estava fazendo falta aos Estados Unidos para a *defesa desta área estratégica* tão importante do Caribe. Porisso surgiria o acôrdo direto entre Roosevelt e Churchill; os Estados Unidos cediam à Inglaterra 50 *destroyers* fora do serviço ativo, obtendo em troca uma cadeia de bases navais na zona oriental da América, abrangendo desde Terra Nova até a Guiana Inglesa, pelo prazo de 99 anos.

Iniciavam assim os Estados Unidos, embora ainda neutros, a proteger além da América do Norte, também o continente sul-americano, tomando neste como primeiro apoio à Guiana Inglesa.

4 — A População

Em 1965 a população da Guiana era estimada em 647 000 habitantes, de *formação heterogênea*, constituída em sua maior parte por *hindus*, grupo êsse seguido pelo dos *negros* (vide quadro estatístico n.º 9).

Não podendo lançar mão dos indígenas, o inglês teve que agir à semelhança do português no Brasil, introduzir o negro africano para o trabalho na lavoura. Abolida a escravidão em 1834, os campos agrícolas guianenses começaram a receber imigrantes da China e, em maiores contingentes da Índia, canalizados pelos ingleses.

Assim sendo, ao lado dos mestiços vivem ainda hoje no interior da Guiana muitos descendentes de escravos libertos, à margem da civilização; grupos indígenas também são encontrados no interior do país, onde a colonização ainda não chegou. No litoral, estabeleceram-se pequenos grupos de javaneses, comerciantes sírios, chineses e europeus — ingleses e portugueses notadamente, que aí tomam parte na administração ou realizam seus negócios.

Havendo liberdade de *culto*, numerosas seitas protestantes, o catolicismo, o budismo e islamismo aí se misturam.

A *educação* primária e secundária, ministrada por escolas oficiais e particulares está ainda circunscrita a uma pequena parte da população. Muito mais reduzidas ainda são as possibilidades universitárias; a Universidade da Guiana foi inaugurada a 1.º de outubro de 1963, sendo formada atualmente por 3 faculdades (artes, ciências naturais e ciências sociais) frequentadas por 268 estudantes apenas.

5 — Situação Política

Aos problemas demográfico e econômico da Guiana veio se juntar um de maior importância — o da *desunião político-racial* desta colônia inglesa quando, em 1953, começavam a se esboçar os movimentos pró-independência. Porisso o governo inglês, que lhes havia prometido a autonomia

para 1960, achou por bem promover, antes, conversações que se realizaram nos encontros que tiveram os grupos antagônicos nos anos de 1962-63.

De seu lado, *Cheddi-Jagan* que se classifica a si próprio como um Marxista-Leninista e admirador de Fidel Castro, é o líder do partido formado pelos indus; integrando ainda o seu Partido Popular Progressista nascido em 1950, pequenos fazendeiros dedicados a cultura do arroz e cana-de-açúcar, bem como pequenos comerciantes e mercadores. O outro líder, *Forbes Burnham*, chefe do Partido Nacional Popular comanda o grupo ultra-reacionário negro, integrado ainda por europeus e indígenas da Guiana. Se observarmos o quadro n.º 9, atentando para a porcentagem racial heterogênea da Guiana, veremos que o grupo partidário de Cheddi-Jagan engloba uma maioria, porém não absoluta. Não temos porisso aí, uma réplica da ilha de Chipre, onde a maioria absoluta grega se sobrepõe à minoria turca. Embora ambos os líderes guianenses tivessem como objetivo principal a independência, não estavam concordes com os métodos a serem empregados, após a separação política.

Diante do fato, chegou-se mesmo a cogitar de *uma divisão da Guiana*, ficando o leste para o grupo indu e o oeste para o grupo negro. Para a Inglaterra, e especialmente Estados Unidos, tal situação não seria interessante. Abrir-se-ia uma frente para a “guerra fria” no continente americano com caso idêntico às duas Coreias que provocaram uma guerra em 1950 e similar ao Vietnam, cujo conflito se estende a nossos dias.

Tal diferença racial e ideológica contribuíram para que a Guiana se negasse de pronto a fazer parte da *Federação das Índias Ocidentais*. Quando em 1953, as antigas colônias inglesas formadas pelas ilhas da Ja-

maica, Trinidad, Tobago, Barbados e arquipélago de Barlavento e Sotavento conseguiram sua independência dentro da Commonwealth, convidaram a Honduras Britânica e Guiana Inglesa para fazerem parte desta Federação, posteriormente desfeita; estas, no entanto, não aceitaram integrar o conjunto, ficando para se decidirem mais tarde. Para a Guiana tal união política tornou-se difícil, em virtude da oposição que lhe faria Cheddi-Jagan; a união não interessava ao seu partido, já que só beneficiaria ao grupo antagonico que teria seu contingente negro consideravelmente aumentado pelas populações de côr que povoam as várias ilhas da então formada Federação.

A Constituição que regeu a Guiana até agosto de 1961 dava à região um governo parlamentar com sistema bicameral de 35 membros eleitos para a Assembléia Legislativa e 13 membros apontados pelo Governador para o Senado. O Governador controlava assim o legislativo, zelando pela segurança interna. Para experimentar a *maturidade política da Guiana*, em 1962, após a revisão da Constituição, foram realizadas eleições. O partido negro chefiado por Forbes Burnhan obteve 29 cadeiras contra 24 de Cheddi-Jagan. O ano seguinte foi marcado por conflitos realizados entre os dois partidos; Jagan não se conformava com o pleito, enquanto Forbes atribuía sua vitória ao fato de haver dominado as grandes cidades e também os sindicatos. A situação chegou a tal ponto, que o Governador *Sir Ralph Grey* teve que proclamar o estado de emergência na Guiana.

Em outubro de 1963, os líderes partidários encontram-se em Londres com o Secretário das Colônias, *Ducan Sandys* a fim de chegarem a um acordo sobre a fórmula constitucional que os levaria a independência política do país. Não se chegando a um acordo, o próprio Sandys impôs a fórmula: *eleições pelo sistema proporcional*

representativo. Jagan não aceitou a solução, já que ela poria a perder a vitória de seu partido.

Realizadas as eleições a 7 de dezembro de 1964, o Partido Popular Progressista de Jagan fez 24 deputados enquanto o Partido Nacional Popular de Forbes fazia 22; a minoria coube a um 3.º partido chefiado por D'Aguiar, o denominado *Fôrça Unida*, sem grande expressão no país. A união deste 3.º partido ao grupo de Forbes Burnhan possibilitou-lhe a vitória.

Tornando-se chefe do ministério, em janeiro de 1965, coube a Forbes Burnhan conduzir a Guiana Inglesa para a independência política. Percebendo o *governo de direita* que Forbes vinha empreendendo, os Estados Unidos passaram a auxiliar financeiramente a região. Rodovias começaram a ser construídas ou reparadas; finalmente um contingente pequeno formado pelo Corpo da Paz chegava à Guiana para auxiliar o governo no setor educacional, em longínquas aldeias do interior, onde o ensino ainda não havia chegado. As reações de Jagan não se faziam esperar, boicotando inclusive as próprias solenidades de independência da Guiana que *transformou-se em membro da Commonwealth a 26 de maio de 1966*.

Os principais itens que formam sua *Constituição* atual baseiam-se nos entendimentos entabulados na Conferência de Independência, realizada em Londres (novembro de 1965). Seu sistema legislativo é *unicameral*, integrado pela Assembléia Nacional composto por 53 membros eleitos pelo voto popular, com base no sistema proporcional representativo. O Conselho de Ministros é presidido pelo 1.º Ministro e formado por 14 Ministérios. Haverá sempre um Governador-Geral para representar a Coroa da Inglaterra. *Monarquia Constitucional*, já que o chefe titular é a Rainha da Inglaterra, representada pelo Governador-Geral, está determinado na Constituição que, após 1.º de janeiro de 1969 a Assembléia Nacional poderá estabelecer a república, se o desejar.

QUADROS ESTATÍSTICOS (1965)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PRODUTO	Toneladas
Cana-de-Açúcar.....	310 000
Arroz.....	260 000
Milho.....	2 357
Café.....	1 111

PRODUÇÃO MINERAL

MINÉRIO	Produção
Bauxita.....	2 868 000 toneladas
Manganês.....	140 473 toneladas
Diamante.....	110 000 quilates
Ouro.....	56 quilos

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PRODUTO	Litros
Melaço.....	788 900 000
Rum.....	10 970 000

VIAS FLUVIAIS

RIOS	Trecho navegável (km)
Berebice.....	160
Demerara.....	96
Essequibo.....	56

EXPORTAÇÃO

PRODUTO	%
Açúcar.....	30
Bauxita.....	19
Arroz.....	12,4
Diamantes.....	2,3
Rum.....	1,9
Madeirasas.....	1,2

MERCADOS CONSUMIDORES

PAÍS	%
Inglaterra.....	35
Estados Unidos.....	23
Canadá.....	8

MERCADOS ABASTECEDORES

PAÍS	%
Canadá.....	27
Inglaterra.....	23
Estados Unidos.....	22

IMPORTAÇÃO

PRODUTO	Dólares
Maquinaria.....	\$ 31,097,000
Combustível.....	\$ 9,760,596

GRUPO

GRUPO	%
Indus.....	50,1
Negros.....	31,4
Mestiços.....	11,4
Indígenas.....	4,6
Portugueses.....	1
Chineses.....	0,6
Europeus.....	6,4

FONTES: *Almanaque Mundial* (1967) *Seleções do Reader's Digest*, Rio, 1966 *The Statesman's Year-Book* (1966-67) — Londres, 1966.